



# LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos. ....	1
2 Tipologia textual. ....	19
3 Ortografia oficial. ....	34
4 Acentuação gráfica. ....	52
5 Emprego das classes de palavras. 6 Emprego/correlação de tempos e modos verbais .	57
7 Emprego do sinal indicativo de crase. ....	108
8 Sintaxe da oração e do período. ....	113
9 Pontuação. ....	130
10 Concordância nominal e verbal. ....	139
11 Regência nominal e verbal. ....	155
12 Significação das palavras. ....	166
13 Redação de Correspondências oficiais (Manual de Redação da Presidência da República). 13.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 13.2 Adequação do formato do texto ao gênero. ....	176

## LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Lei n. 7.210 de 11 de junho de 1984 e alterações: 1. Do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal; 2. Do Condenado e do Internado: 2.1- da Classificação; 2.2-da Assistência Material; 2.3-da Assistência à Saúde; 2.4- Assistência jurídica; 2.5-d a Assistência Educacional; 2.6- Da Assistência Social; 2.7- Da Assistência Religiosa; 2.8- da assistência ao Egresso; 3. Do Trabalho interno e externo; 4. Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina; 5-Das faltas Disciplinares; 5.1-das Sansões e das Recompensas; 5.2-do Procedimento disciplinar; 6-dos Estabelecimentos Penais; 7.dos Regimes; 8-Institutos da LEP: da Autorização de saída, saída temporária, remição de pena, progressão de regime e livramento condicional, comutação e indulto. ....

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direitos e deveres fundamentais. 2. Direitos e deveres individuais e coletivos; 3. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; ....	1
4. Direitos sociais; nacionalidade; cidadania; garantias constitucionais individuais; 5. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. ....	18
6. Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. ....	42

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Estado, personalidade de direito público; conceito de pessoa administrativa. ....	1
2. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição; avocação e delegação de competência. ....	9
3. Poderes administrativos. ....	13
4. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. 5. Administração pública direta e indireta. ....	27
6. Fatos e atos administrativos: tipos de atos, ato nulo e anulável, vícios. ....	45
7. Poder de polícia. ....	55
8. Responsabilidade Civil do Estado. ....	55



9. Agentes públicos: espécies. 10. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. ....	70
11. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações). ....	77
12. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999). ....	88
13. Lei nº 8.937 de 02 dezembro de 2019. ....	103

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Infração penal: elementos, espécies. 2. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal	1
3. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. ....	16
4. Erro de tipo e erro de proibição. ....	38
5. Imputabilidade penal. ....	44
6. Concurso de pessoas. ....	51
7. Crimes contra a pessoa. ....	58
8. Crimes contra o patrimônio. ....	102
9. Crimes contra a dignidade sexual. ....	139
10. Crimes contra a administração pública. ....	161

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Inquérito policial. 2. Notitia criminis. ....	1
3. Ação penal: espécies. ....	13
4. Jurisdição; competência. ....	27
5. Prova (artigos 158 a 184 do Código de Processo Penal). ....	39
6. Prisão em flagrante. 7. Prisão preventiva. ....	53
8. Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989). ....	62
9. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. ....	66
10. Habeas corpus. ....	70

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Organizações Criminosas e Lavagem de Dinheiro. 1.1. Lei no 12.850/2013 (Define Organização Criminosa e Dispõe Sobre a Investigação Criminal, os Meios de Obtenção da Prova, Infrações Penais Correlatas e o Procedimento Criminal) e suas alterações. ....	1
1.2. Lei nº 9.613/1998 (Dispõe Sobre os Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores) e suas alterações. ....	11
2. Legislação especial. 2.1. Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997 (Antitortura) e suas alterações. ....	23
2.2. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Anticorrupção) e suas alterações. ....	28
2.3. Lei nº 4.898, de 09 de dezembro 1965 (Abuso de autoridade) e suas alterações. ....	35
3. Diversidades e populações vulneráveis no sistema prisional. 3.1. Resolução Conjunta no 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional LGBT– Acolhimento LGBT. ....	42
3.2. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (Portaria MJ/SPM nº 210/2014). ....	45
3.3. Portaria nº 1242/2009-GAB/SUSIPE. ....	52



## PROVA DISCURSIVA

11.10 O candidato deverá escrever a prova discursiva primando pelo uso das normas do registro formal e culto da Língua Portuguesa (de acordo com o novo acordo ortográfico) e Coesão Textual e, ainda, demonstrar o domínio do Conteúdo e Conhecimento do Tema. 11.11

A prova discursiva observará os seguintes critérios e pontuações definidos a seguir: a) Uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa e Coesão Textual: a.1) Usa norma culta

quanto aos aspectos gramaticais (6 pontos); .....	1
a.2) Emprega coesão textual (6 pontos); .....	14
a.3) Estrutura a frase adequadamente; .....	29
a.4) Emprega pontuação corretamente; .....	32
a.5) Utiliza ortografia e acentuação gráfica correta. ....	41
b) Domínio do Conteúdo e Argumentação pertinente ao Tema: b.1) Apresenta adequação ao tema proposto; .....	41
b.2) Demonstra adequação à tipologia textual; .....	53
b.3) Apresenta coerência textual – texto completo com início, desenvolvimento e fim, sem contradições. ....	53

# SUMÁRIO